



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 11/2022

(Plenária Híbrida)

Aos vinte sete dias do mês de abril de dois mil e vinte dois, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, de forma híbrida, pela plataforma Zoom e na sede do CMDCA, situado à Av. João Pessoa, 1105 - Farrroupilha, Porto Alegre - RS, 90040-001, sob coordenação da Presidenta **ROBERTA GOMES MOTTA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Roberta Gomes Motta, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**; Viturugo Rinaldi de Miranda, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Lenira Leites da Silva, **Círculo Operário Porto Alegrense**; Priscila Contini Marcondes, **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS**; Aline Roza da Silva, **Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio**; Suzana Assis Brasil de Moraes Pellegrini, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP**; Neusa Maria Telles e Arlei Márcia Weide, **Obra Social Imaculado Coração de Maria – OSICOM**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; José Alfredo Nahas, **Parceiros Voluntários**; Rose Ceroni Canabarro e Roseli de Fátima dos Santos, **União Sul Brasileira de Educação e Ensino – USBEE**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO: Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC**; Otília Maria Henz de Abreu, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Bárbara Inajara Soares Calegari, **Secretaria Municipal da Educação – SMED**; e Gustavo Garcia Brock, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

DEMAIS PRESENTES: Carlos Eduardo, Denise Muzell e Luiz Henrique Frota, **Administrativos CMDCA/FUNCRIANÇA**; Patrícia Costa Ribeiro, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. ABERTURA;

31 **2. DEBATES E DELIBERAÇÕES;**

32 **2.1. COMISSÕES: EXECUTIVA, FINANÇAS, POLÍTICAS E**
33 **REORDENAMENTO;**

34 **3. INFORMES.**

35 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

36 **1. ABERTURA**

37 **2. DEBATES E DELIBERAÇÕES**

38 **2.1. COMISSÕES: EXECUTIVA**

39 **Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Já vamos iniciando a
40 plenária, porque estamos meio atrasados. Meio não, muito atrasados, porque até nós nos
41 organizarmos aqui para a plenária híbrida. Pessoal, nós temos alguns assuntos para a plenária
42 de hoje, entre eles, nós fizemos uma discussão, aproveitando que a Márcia Gil está aqui, que é
43 o encaminhamento que a SMED no receba, que é uma das pautas da Executiva, sobre a
44 questão das vagas. Então, com o Conselho Tutelar e com a comitiva do CMDCA que esteve
45 na Secretaria de Educação. A Secretária já está sabendo da pauta e a gente só vai formalizar
46 via ofício. [Inaudível/interferência do áudio do virtual]. Eu vou abrir as pautas, pessoal. Nós
47 também temos o retorno da reunião com a Santa Casa, a questão dos atendimentos ao público
48 autista, uma série de questões com a rede. Foi uma reunião bem importante, bem significativa,
49 onde se conseguiu esclarecer algumas coisas e encaminhar outras. Então, nós buscamos a
50 informação do ambulatório e atendimento aos autistas na Santa Casa. Tivemos um relato de
51 que a rede não tem acesso, não tem atendimento, não se vincula a esse atendimento. A Santa
52 Casa é como uma referência na rede, referência no sentido de a gente sentir eles como espaço
53 da rede, da gente poder entrar. Nós falamos em especial das crianças do acolhimento, porque
54 eles perguntaram assim: “Como é que a gente vai passar na frente de alguém?” Não é passar na
55 frente, mas a criança em acolhimento está com todos os processos de violação de direitos e ela
56 está ali sob tutela do Estado. Então, a gente vai ter que pensar nesse público prioritário,
57 porque o acolhimento é um público prioritário para o atendimento emergencial. Então, é uma
58 série de discussões que se encaminhou, que nós vamos fazer uma visita lá no Santo Antônio,
59 ver o espaço e fazer uma conversa com a pessoa lá e também com uma estratégia que é da
60 própria instituição de fazermos um vínculo com o Município de Porto Alegre. Eles atendem
61 alguns postos de saúde, a Santa Casa, em que esses postos possam preferenciar o atendimento
62 daquela criança de Porto Alegre, que precise de uma cirurgia, por exemplo. Então, já possa se
63 fazer um vínculo com aquele espaço para o Hospital Santo Antônio. O que eles nos disseram?

64 Que a emergência, para eu chegar hoje com o meu filho está fechada, ela só funciona como
65 ponto de referência, porque eles têm ali as necessidades mais complexas. Por exemplo, há uma
66 série de cirurgias mais complexas. Dentro disso a gente falou que não poderíamos ficar
67 limitados com o tamanho do recurso que eles captam só com o que está contratualizado via
68 SUS, tinha que ter uma contrapartida para o Município de Porto Alegre. Nós entendemos que
69 o SUS tem um formato de atuação, um formato de atendimento, porque o Município de Porto
70 Alegre precisa acessar essas vagas. A gente precisa ter essa interlocução, em especial da gente
71 ver e sentir que a Santa Casa está na rede conosco, que é atuante com a gente na rede, o que
72 muitas vezes a gente não sente isso. Não tem uma referência e foi investido via
73 FUNCRIANÇA 14milhoes e hoje atende 5 crianças do Estado. Então, pode ser que aquelas
74 prioritárias não sejam de Porto Alegre. Então, já combinamos na visita que nós vamos
75 conhecer tanto a emergência, quanto o ambulatório do autista, já encaminhar a questão da
76 referência do ambulatório e estar vinculado ao Fórum dos PCDs, justamente para fazer essa
77 [Inaudível/interferência no áudio] e a gente ter acesso ao ambulatório e encaminhar as crianças
78 e adolescentes nesse espaço. A gente tem no ambulatório da Santa Casa 156 crianças
79 esperando atendimento, se são 5 do Estado, imagina quando vai chegar a vez de todos esses.
80 E, além disso, nós temos a questão mais específica de que no Município de Porto Alegre nós
81 temos 1.500 crianças aguardando atendimento para, especificamente, autismo. Então, é um
82 número muito grande e não tem esse tipo de acompanhamento. Então, é nessa linha. Então,
83 essa é a pauta, é poder ter a Santa Casa como rede da criança. Eu acho que era isso da Santa
84 Casa, ficou encaminhado mais para maio a reunião com a Santa Casa. As próximas pautas,
85 então, nós temos um processo do **INSTITUTO GERAÇÃO TRICOLOR**, que estava
86 conosco na Executiva. O que acontece? Eles têm um estatuto da mantenedora e tem da
87 executora, um tem 3 anos, a mantenedora, e a executora 2 anos. Então, a gente vai usar como
88 base o da executora, porque ela que vai se comprometer com o serviço, ela que responde pelo
89 serviço. Então, o encaminhamento, até para a gente ver se está de acordo, porque não tem
90 nenhum óbice que possa ser assim para a gente poder encaminhar o processo, poder
91 encaminhar o atestado de funcionamento da OSC. É óbvio que não vai ter uma alteração do
92 instituto e não tem porque ser a mesma coisa. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
93 **Criança:** Eles falaram que não é época de eleições, de indicação. Eles justificaram que
94 acompanham há pelo menos 3 anos, o da executora acompanha o da mantenedora. **Roberta**
95 **Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Então, vamos lá. Era isso. Nós
96 tivemos na sexta-feira, às 16h30min, a reunião com o Prefeito e com o Secretário Léo Voigt,

97 Secretário da pasta, que há tempos a gente solicitava, para tratar de alguns assuntos
98 relacionados ao CMDCA, ao FUNCRIANÇA, aos processos internos. Nós conseguimos
99 colocar algumas questões bem específicas do funcionamento do Conselho, da falta de
100 organização, dos processos internos, da falta de um fluxograma, da falta de uma assessoria,
101 aquelas questões que a gente vem discutindo há bastante tempo como a dificuldade de
102 execução da política pública como um todo. Eu acho importante, nós conseguirmos iniciar a
103 reunião trazendo justamente o que nos incomodada, principalmente que o Conselho não tranca
104 as pautas, como foi dito em algumas reuniões, porque nós não temos interesse nenhum de
105 trancar pautas, nós discutimos pautas e encaminhamos. Se em algum momento se trancou a
106 pauta a gente consegue dizer onde trancou e onde está ou estaria, porque todos nós aqui
107 defendemos a política pública. Então, encaminhamos com eles a questão do descontentamento
108 e de falas de que as pautas são trancadas pelo Conselho. Bom, o que eu posso dizer é deste
109 Conselho, se os demais fazem, que resolvam com os conselhos que fazem, mas este Conselho
110 não tranca pauta. A gente, inclusive, encaminha as pautas e por isso nos reunimos todas as
111 quartas-feiras, mesmo sendo cansativo. Então, encaminhamos e trouxemos algumas
112 dificuldades com a FASC, que desde o ano passado a gente está pedindo uma série de pautas e
113 encaminhamentos, porque é uma política prioritária que não dá para esperar, é a vida das
114 pessoas, é a sobrevivência das pessoas, isso não pode esperar, como um processo de
115 acolhimento ou qualquer outro não pode esperar 4, 5, 6 meses. Isso precisa ser com brevidade,
116 porque as pessoas dependem do encaminhamento da pasta, do desdobramento da pasta. Então,
117 isso foi em uma reunião e que o Prefeito deu 30 dias para o Leandro apresentar um plano de
118 melhoria do processo como um todo, um fluxograma, uma série de questões. A mesma coisa
119 que nós pedimos para o Leandro desde janeiro, que a gente vinha aqui, pedia para fazer as
120 questões, ele deu 30 dias. Então, em 30 dias nós vamos nos reunir com o Prefeito para poder
121 ver o que tem de melhoria e o que não teve de melhoria. Então, dentro disso ele pediu 60 dias
122 e o Prefeito disse que não, que era 30 dias, porque ele achou demais 60 dias para a gente ter
123 esse acompanhamento. O que eu acho que é bem importante, porque se alguma secretaria ou a
124 Prefeitura acha que sozinha vai conseguir dar conta da política da criança, talvez não seja
125 [Inaudível], porque a gente depende de outras secretarias e depende da interlocução. Talvez
126 tenha que parar, dar um passo para trás e repensar o processo de trabalho como um todo,
127 porque não é sozinho que nós vamos dar conta dos processos de trabalho. Então, era só para
128 colocar essas questões. A mesma fala que eu tive com vocês eu tive com o Prefeito sobre
129 algumas questões, que parece que a gente está sempre correndo aras, não consegue

130 desenvolver a política, não consegue avançar em algumas coisas. Aí teve esse encaminhamento
131 dele de em 30 dias retomarmos a mesma pauta. Então, acho importante a gente pressionar e
132 ainda assim, se crescemos para 32 milhões, precisamos crescer condicionalmente, mas também
133 teve outras falas sobre os passivos, nós sabemos que desde 2020 tem muita coisa trancada.
134 Desde o início de março, inclusive, eu não assinei mais contrato de parceria, termo de fomento
135 e eu assinava toda a semana. Tem 19 parados na PMS e aqui no jurídico. Então, são 19
136 instituições que estão em uma situação bem crítica. A gente falou dos processos e o quanto a
137 gente tem batalhado para isso e RH, estrutura física e uma série de questões que envolvem o
138 funcionamento. **Viturugo Rinaldi de Miranda, Casa do Menino Jesus de Praga:** O que
139 tem chegado do Fórum aqui, do que tem chegado ao Prefeito, no meu entender são
140 informações equivocadas, de prazos e de datas, porque fica para a imagem de quem está
141 gerando todo o complexo é o Fórum, é o Conselho. Chega a informação ao Prefeito de uma
142 forma equivocada. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis –**
143 **CPCA:** O Conselho só tem uma tarefa, que é deliberar. O resto é de responsabilidade do
144 Município, o repasse, que tem suas regras. Só deliberamos. **Viturugo Rinaldi de Miranda,**
145 **Casa do Menino Jesus de Praga:** E eu digo, já reservem a data daqui a 30 dias...
146 [Inaudível/interferência no áudio]. Só estou avisando ao Conselho por dor na pele. Se não fizer
147 já uma reserva de agenda para dia tal, com 30 dias para ir buscar a resposta, dificilmente vai
148 ter. **Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Sim. [Inaudível].
149 *Buenas*, então, seguimos. Tenho mais uma questão ainda, é um assunto bem importante, que é
150 o seguinte, nós estamos nos reunindo, fazendo reuniões sobre as eleições do Conselho Tutelar
151 e nós fizemos uma série de ofícios para encaminhar. Carlos Eduardo, eu queria só que vocês
152 pudessem me ajudar, porque foi dito pela colega nova aqui, a Luciana Medina, que não pode
153 ser encaminhado ofício sem passar por ela. Eu não sei, eu acho que perdi algum capítulo.
154 **Carlos Eduardo, Gerência do FUNCRIANÇA:** Isso é com relação às comunicações
155 institucionais. Então, o ofício do CMDCA não passaria por eles. A não ser que seja um
156 assunto de comunicação institucional. **Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços**
157 **do RS – ACM:** Sim, porque o Conselho da Criança é autônomo para as decisões do
158 Conselho. Então, eu vou pedir, porque nós temos uma série de ofícios a serem encaminhados
159 para a eleição do Conselho Tutelar e para o processo como um todo. Então, gostaria que
160 ficasse registrado em plenária que eu gostaria que até sexta-feira esses ofícios sejam
161 encaminhados, porque já estão feitos. Só para esclarecer caso tenha que passar por alguém

162 internamente. Nós temos, dois assuntos de comissões, é um da Comissão de Finanças e da
163 Comissão de Registro, no relato da visita. Comissão de Finanças consegue fazer o relato?

164 - **COMISSÃO DE FINANÇAS:**

165 **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Sim. É o SEI 21.0.000114351-1. A OSC
166 requerente é a **ASSOCIAÇÃO SAÚDE E CRIANÇA DE PORTO ALEGRE**. Projeto Vida
167 Criança, adaptado na pandemia. Relatório: Trata-se da informação em razão da grande
168 dificuldade financeira apresentada nos últimos anos, a Associação Saúde e Criança de Porto
169 Alegre decidiu pela dissolução da instituição. Decisão tomada em Assembleia Geral Ordinária
170 em 12/04/2022 e que ela deseja encerrar as atividades, deixando todas as pendências
171 resolvidas. E para isso solicita a liberação do plano de aplicação que está tramitando para o
172 pagamento de despesas vinculares ali previstas, incluindo o pagamento da rescisão de contrato
173 da contratada em regime CLT, com o cargo de assistente social. O plano de aplicação que está
174 tramitando tem o valor líquido total de R\$ 118.464,00, desse valor, R\$ 118.892,37 são
175 referente a pagamento de pessoal. Portanto, o valor da rescisão calculado é de R\$ 32.999,35,
176 que se ajusta perfeitamente dentro da previsão. Além me desse valor solicitamos deliberação
177 no valor do aluguel, de R\$ 2.982,44. Após análise a Comissão de Finanças é de PARECER
178 FAVORÁVEL à solicitação da OSC para que possam fazer o encerramento das suas
179 atividades, conforme o valor solicitado e que o saldo remanescente seja devolvido ao Fundo
180 Municipal. Observação: lembrar à organização social que todos os equipamentos e bens
181 patrimoniais adquiridos com recurso do fundo devem retornar ao Conselho para definir a sua
182 reutilização. É esse o encaminhamento. **Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços
do RS – ACM:** É lamentável. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Sim, é
184 lamentável passar por isso, mas é essa a situação. **Roberta Gomes Motta, Associação Cristã
de Moços do RS – ACM:** E essa instituição, eu tenho total propriedade para dizer, está
186 fechando pela falta de funcionamento e inoperância do Fundo da Criança. **Viturugo Rinaldi
de Miranda, Casa do Menino Jesus de Praga:** E vai acontecer mais vezes, vai ser uma
188 enxurrada. **Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Eles
189 dependem só do FUNCRIANÇA, eles não têm nenhum tipo de parceria. Nós tentamos
190 parcerias o ano passado, porque eles fazem um trabalho bem significativo. Realmente, é
191 lamentável! Nós tentamos ver a questão financeira, fazer o ajuste e tudo mais, mas, realmente,
192 estava inviável para eles. É triste a gente ver isso. [Falas concomitantes]. Pessoal, então,
193 vamos votar. Quem é favorável à liberação do recurso para fins de rescisão de contratos da

194 dissolução da OSC? Alguém é contrário, pessoal? Alguma abstenção? Então, **APROVADO**
195 **POR UNANIMIDADE**. Pessoal, a Comissão de Registro. Paulinho, tem relato?

196 - **COMISSÃO DE REGISTRO:**

197 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Só dizer que hoje retornamos às
198 visitas presenciais, foi muito bom, que foi no **CENTRO SOCIAL PADRE PEDRO**
199 **LEONARDI**, nas casas de acolhimento. O SEI é o 21.0.000005179-1. Então, a MITRA vem
200 o requerimento para inscrição de programa... [Inaudível/interferência no áudio]. E já tem
201 inscrição de Programa Casas Lares, só que está com a mantenedora, com a MITRA. Então, a
202 gente vai fazer encaminhamento para a OSC. É só para informar. **Roberta Gomes Motta,**
203 **Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Então, que, na verdade, já está inscrito e é só
204 para informar isso? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Isso! O programa
205 está com a mantenedora, né, faz anos. Então, foi aconselhado para a gerência na época, porque
206 é do ano passado este processo, para que entrasse, como está na mantenedora, a executora
207 tinha que entrar com a inscrição de programa, mas não pode ter duas inscrições, o mesmo
208 programa em uma instituição só. Nós vamos novamente orientar a mantenedora. **Roberta**
209 **Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Falando em MITRA, acabou de
210 chegar no e-mail aqui aquele processo que estava na PMS. Lembram? Chegou a conclusão do
211 processo. Eu posso fazer a leitura: [Leitura]. Bom, então, eles podem ter registro conosco,
212 mesmo sendo religiosos e não precisam ter uma atividade como só religiosa, só saúde. É isso,
213 né? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É
214 como falamos na última reunião da Executiva, á nos objetivos da mantenedora tem a parte
215 religiosa e tem as partes sociais, que é o caso de muitas religiosas. Algumas têm as duas
216 finalidades, ou várias, ou as três, saúde, educação e assistência social, que são as
217 convencionais. **Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Eu fico
218 olhando, finalizaram o processo da MITRA depois de quase 10 anos! [Risos]. Não, gente,
219 quase 10 anos que a gente trata desse processo da MITRA. Lembra, Frei? Em 2015 começou
220 esse processo da MITRA. Meus Deus do céu! Então, dá para encaminhar o registro deles,
221 porque é a mesma questão que envolve algumas legislações paralelas. Eu vou dar o
222 encaminhamento para vocês poderem colocar. Luiz Henrique, tu podes colocar no processo
223 SEI este, por favor? Só para a equipe ter conhecimento. Alguma dúvida quanto a este,
224 pessoal? Então, da Comissão de Registro era isso que a gente tinha, Paulinho? **Paulo**
225 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Isso aí. **Roberta Gomes Motta, Associação**

226 **Cristã de Moços do RS – ACM:** Então, não tem parecer para hoje, a Comissão de Políticas
227 também não.

228 **- COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

229 **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto**
230 **Alegre, APAE/POA:** Nós ficamos analisando processos. A sala é bem pequena para nós, mas
231 conseguimos nos organizar e trabalhar. **Roberta Gomes Motta, Associação Cristã de Moços**
232 **do RS – ACM:** Carlos, tem outra sala que eles possam utilizar, é só essa? [Falas
233 concomitantes]. Faz assim, vamos encerrar e já tratamos disso. Mais alguma coisa, pessoal?
234 Então, encerramos.

235 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos**
236 **Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim,**
237 **Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da**
238 **presunção de veracidade.**